



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

PARADOXOS ENTRE A POLÍTICA DE COTAS PARA O INGRESSO DE INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E GRATUITA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA¹

Maria do Carmo Walbruni Lima²
Antonio Germano Magalhães Junior³

RESUMO

O artigo resulta de pesquisa de Doutorado com jovens Tremembé que concluíram o Ensino Médio nas escolas indígenas das aldeias de Almofala e Varjota, município de Itarema – Ceará e teve como um dos objetivos investigar o interesse desses jovens em ingressar na educação superior pública e gratuita. A pesquisa, aprovada pelo CEP da UECE com o Parecer nº 4.393.438 de 11/11/2020, foi concluída em 2022 e consiste em uma abordagem qualitativa que combinou pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. As entrevistas foram realizadas de forma virtual, por videochamadas de WhatsApp, considerando o contexto da Pandemia da COVID-19. Foram entrevistados 26 (vinte e seis) do total de 88 (oitenta e oito) jovens que apresentavam até 29 (vinte e nove) anos de idade e concluído o Ensino Médio entre 2014 e 2018. A pesquisa fundamenta-se em estudos de pesquisadores brasileiros do campo da educação escolar indígena e nos aportes teóricos de Pierre Bourdieu, em suas assertivas sobre a harmonização entre sonhos e oportunidades objetivas. Observou-se que há interesse entre os jovens Tremembé em cursar uma “faculdade pública” e gratuita, embora a maioria que conseguiu acesso à educação superior tenha ingressado em cursos semipresenciais ofertados por faculdades particulares, nas proximidades das aldeias. Na percepção dos entrevistados, não haveria diferenciação na concorrência às vagas das instituições públicas e gratuitas que favorecesse os indígenas e, por esse motivo, eles abandonariam a ideia de fazer uma “faculdade pública”. O estudo concluiu que, apesar de existir um percentual de vagas para indígenas nos processos de ingresso às instituições de educação superior pública regidos pelo ENEM, os candidatos indígenas que concluem o Ensino Médio em escolas com currículos diferenciados são avaliados por um modelo de prova que toma como referência um currículo “universal” predominante nas escolas não indígenas do país, colocando os indígenas em situação de desvantagem nesse processo.

Palavras-chave: Jovens Tremembé; escola indígena; ENEM; educação superior gratuita.

1 INTRODUÇÃO

Conhecer os “projetos de futuro” que os jovens Tremembé pensavam para suas vidas quando cursavam o Ensino Médio constituiu o problema central da pesquisa que fundamenta

¹ O artigo apresenta resultados do Projeto de Pesquisa do Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE;

² Doutora em Políticas Públicas pelo Curso de Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, carmo.walbruni@ifce.edu.br;

³ Doutor em Educação pelo Doutorado em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, germano.junior@uece.br



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

este artigo e, “fazer faculdade”, foi a resposta prevalente nas narrativas da maioria dos entrevistados quando indagados sobre o que haviam planejado fazer após a conclusão da Educação Básica.

No estado do Ceará, Itarema é um dos dezesseis municípios com presença indígena e está situado a, aproximadamente, 213 km de distância da capital do estado, Fortaleza. Segundo Valle (2008), o distrito de Almofala, que faz parte do município de Itarema, foi “[...] local de antigo aldeamento que subsistiu do Século XIII a meados do Século XIX”. (VALLE, 2008, p.2). Além do município de Itarema, os Tremembé do Ceará também vivem em aldeias localizadas em outros dois municípios próximos a Itarema, os municípios de Acaraú e Itapipoca.

Dos três municípios cearenses onde há aldeias Tremembé, Itarema é o município com maior concentração de membros dessa etnia. Neste estudo foram priorizados os Tremembé de Itarema, município cearense com maior número de aldeias Tremembé, com maior população dessa etnia no Ceará e com maior número de escolas indígenas Tremembé em funcionamento.

Segundo depoimentos reproduzidos por Cabral (2014)⁴, a aldeia da Varjota e a aldeia de Almofala foram protagonistas das primeiras experiências com educação escolar indígena entre os Tremembé. Essas duas aldeias estão localizadas em regiões diferentes do município de Itarema. A aldeia de Almofala fica na região próxima à Praia e a aldeia da Varjota fica na região que os Tremembé se referem como Região da Mata.

De acordo com Cabral (2014), em 1984 foi criada a escola indígena Tremembé da Região da Mata através da iniciativa de uma professora indígena da própria aldeia e que se desenvolveu com o apoio dos seus membros. Sobre essa experiência, Cabral (2014) apresenta o depoimento de uma das primeiras professoras da escola da aldeia da Varjota sobre o início dessa vivência:

Antigamente, aqui não existia escola. No ano de 1984, comecei a ensinar uma turma de 45 alunos, por conta dos pais. Cada um dava um pequeno agrado e, com esta pequena quantia, eu comprava material escolar, como giz e até caderno para alguns alunos, aqueles que os pais não tinham condições. E nessa peleja, passei dois anos. [...] Nesse tempo, era professor índio ensinando alunos índios, mas não se podia dizer, devido à opressão que era muito grande (CABRAL, 2014, p. 47 – 48).

No período mencionado pela professora, a educação escolar indígena inexistia como problema para ser inserido na agenda governamental e os fundamentos legais para a elaboração da atual Política de Educação Escolar Indígena só viriam a ser estabelecidos a partir de 1988. Com base nas narrativas apresentadas por Cabral (2014), a segunda experiência com educação

⁴ Cristina Cabral é professora e liderança indígena atuante na aldeia Tremembé Varjota, aldeia onde se localiza uma das escolas /Tremembé pesquisada.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

escolar indígena foi protagonizada pelos Tremembé da aldeia de Almofala e teria começado, em 1991, com a iniciativa da filha do atual Cacique Tremembé. Fazendo referência à escola indígena criada em Almofala, Cabral (2014) afirma que:

A Escola Diferenciada para o povo Tremembé teve seu início em 1991, com a iniciativa da professora Raimunda Marques, a Raimundinha, na Região da Praia. Quando a mesma iniciou essa descoberta de saberes, não tinha o espaço apropriado para o momento; a “escola” era um galpão com piso de areia, os bancos eram pedaços de coqueiros, e os cadernos eram folhas de ciumeiro. Mas, naquele tempo, já era uma escola diferenciada. Ela ensinava um pouco de leitura e escrita, e depois, todos juntos, iam pra beira da praia dançar o Torém (CABRAL, 2014, p. 45)

Os relatos das professoras que vivenciaram a implantação das primeiras experiências com educação escolar indígena, na aldeia da Varjota e na Aldeia de Almofala, mencionam o problema da discriminação sofrida pelos Tremembé em instituições de ensino “convencionais” como uma das justificativas para a criação da instituição “escola indígena” entre os Tremembé.

Em 2022, havia 7 (sete) escolas indígenas em funcionamento em Itarema, sendo 3 (três) localizadas na região da praia (nas aldeias Almofala, Mangue Alto e Lameirão) e 4 (quatro) localizadas na região da mata (nas aldeias Passagem Rasa, Varjota, Tapera e Córrego João Pereira). Desse total de 07 (sete) escolas Tremembé em Itarema, 04 (quatro) escolas ofertavam Ensino Médio, tendo sido selecionadas para a pesquisa (01) uma escola de aldeia da região da Praia e 01 (uma) escola de aldeia da região da Mata com oferta de Ensino Médio. Essas duas escolas selecionadas foram protagonistas das primeiras experiências com educação escolar indígena entre os Tremembé.

2 METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa, envolveu uma abordagem interpretativa, “[...] tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN, 2006, p.17). Nessa perspectiva, construímos interpretações sobre informações de ordem subjetiva, presentes nas narrativas dos entrevistados, narrativas que trouxeram o olhar dos próprios jovens Tremembé sobre seus projetos de futuro, pensados quando cursavam o Ensino Médio, e percepções advindas de suas experiências, a partir do lugar de onde enxergam o mundo.

Este estudo combinou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com os jovens Tremembé. As entrevistas com esses jovens foram planejadas para serem realizadas, presencialmente, nas próprias aldeias. No entanto, com o advento da Pandemia da COVID -19 e a impossibilidade de adentrar as aldeias de Itarema, considerando a exigência de distanciamento social, houve uma recondução da metodologia para realização das entrevistas.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

A escolha da videochamada por WhatsApp foi considerada a mais adequada para a

situação de instabilidade da rede de energia e de internet na região das aldeias Tremembé que dificultaria a realização de videoconferência pelo google Meet. As chamadas de vídeo, pelo WhatsApp, favoreceram também a interação, também visual, com os entrevistados. De acordo com Pais (2003), “Um dado conteúdo (puro conteúdo ...) muda de significado se, por exemplo, é dito com humor, com ironia. Entre os jovens, as formas de expressão devem ser entrevistas como preciosos universos de significação” (PAIS, 2003, p. 102). Assim, o contato visual com os entrevistados permitiu esse acesso às expressões que acompanhavam as falas dos entrevistados.

Os jovens Tremembé, interlocutores da pesquisa, concluíram o Ensino Médio entre os anos de 2014 e 2018. Dentro desse recorte temporal, utilizou-se o critério de exclusão dos jovens que se encontravam com idade superior a 29 (vinte e nove) anos. Desse modo, foram selecionados os jovens que no período da pesquisa apresentavam, no máximo, 29 anos de idade. Atendendo a esse critério de idade, foram identificados 88 (oitenta e oito) entre os egressos da escola da região da Praia e os egressos da escola da região da Mata. Desse total de 88 (oitenta e oito) com até 29 anos de idade, foram entrevistados 26 (vinte e seis) jovens Tremembé, correspondendo a, aproximadamente, 30% dos egressos que se encontravam até o limite da faixa-etária considerada jovem, tomando como referência o Estatuto da Juventude (2013).

Partindo do pressuposto de que “[...] não há perguntas neutras” (BOURDIEU, 2015, p.55), destacamos que o roteiro das perguntas que moveram as conversações com os entrevistados privilegiou aspectos que, em geral, marcam as expectativas sociais dominantes relacionadas à escola, como o interesse dos jovens em ingressarem na Educação Superior. Essa pergunta permitiu perceber se essa expectativa prevalecia ou não entre os jovens Tremembé.

As interlocuções com os 26 (vinte e seis) jovens Tremembé, que representaram cerca de 30% dos jovens elegíveis para as entrevistas, foram consideradas suficientes para permitir a reincidência e complementaridade das informações [...] (MINAYO, 2008, p. 197), favorecendo o entendimento da lógica interna do grupo investigado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Juventudes indígenas, escola indígena e Ensino Médio constituíram as categorias centrais e norteadoras deste estudo. Entendemos que, ao falar de “juventude Tremembé” torna-se imprescindível destacar o entendimento de que não há uma “juventude indígena” homogênea, e nem mesmo uma “juventude Tremembé” única, pois a pluralidade e a diversidade



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

marcam as “juventudes indígenas”. “[...] é preciso considerar a singularidade de cada povo, suas culturas, crenças e tradições” (ALVES, 2017, p.142). Assim, entendemos que embora exista similaridades entre os jovens Tremembé das duas regiões investigadas, podem também existir diferenças entre seus projetos e aspirações.

Para Alves (2017), “[...] as peculiaridades dos povos e suas distintas demandas, inclusive da juventude [...] podem variar de um local para outro, de um povo para outro” (ALVES, 2017, p.152), não havendo viabilidade, portanto, de se falar em “juventude indígena” de forma genérica. Conforme observei ao longo das entrevistas com os jovens Tremembé, vivendo em um mesmo município, mas em aldeias de localidades distintas, há muitas semelhanças entre os jovens das duas regiões investigadas, mas também há marcas de diferenciação que demonstram particularidades nas aspirações desses atores sociais em relação aos projetos de futuro desejados para suas vidas.

Os povos indígenas do Brasil, em sua diversidade de histórias e costumes, podem adotar parâmetros próprios para dizer quem é considerado jovem entre os membros do grupo. No caso dos Tremembé de Itarema, para esta pesquisa, não buscamos apreender os sentidos construídos por esse povo sobre juventude ou os critérios por eles adotados para definir quem se encontra nessa fase da vida. Afirmamos, portanto, que este estudo não teve a pretensão de trazer uma abordagem antropológica acerca da percepção do povo Tremembé sobre a categoria juventude.

Desse modo, por se tratar de uma investigação inserida no campo das políticas públicas com foco na política de Educação Escolar Indígena, optamos por adotar os parâmetros utilizados pelo Estatuto da Juventude que toma como referência a faixa-etária que considera como pessoas jovens aquelas que se encontram entre 15 e 29 anos. Os limites etários estabelecidos pelo Estatuto da Juventude correspondem à faixa-etária que predomina na definição das políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil.

Em relação à categoria escola indígena, desde que foi, oficialmente, criada em 1999 (Parecer N° 14/1999), a escola indígena é apresentada como o espaço para a recuperação histórica das memórias históricas dos povos indígenas, assim como suas memórias étnicas, linguísticas e científicas, próprias de cada povo. Desse modo, cada povo tem o direito de privilegiar seus regimes próprios de conhecimento. As escolas indígenas não constituem a reprodução de um modelo da “realidade autêntica” (WEBER, 1992, p. 140). Os modelos de escola indígena instituídos entre os diferentes povos indígenas do Brasil podem apresentar maior ou menor aproximação com a ideia ou conceito de escola indígena presente nos documentos que fundamentam a política de educação escolar indígena que vem sendo implementada desde a criação oficial da categoria escola indígena



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Entendemos que ao deliberar o direito de a escola indígena manter as especificidades dos seus métodos e currículos diferenciados, o Estado brasileiro não criou políticas públicas efetivas de acesso à Educação Superior que consigam atender aqueles jovens indígenas que desejam dar prosseguimento aos estudos após a conclusão do Ensino Médio nas escolas indígena “específicas e diferenciadas”. O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, como exame avaliativo de caráter universal, desconsidera as particularidades de um público jovem que experimentou processos diferenciados de formação escolar, no caso dos jovens indígenas que vivenciaram toda a Educação Básica nas escolas indígenas das aldeias do seu povo. Nesse caso, compreendemos que se instala um paradoxo entre um “universal” que não está acessível a todos, o ENEM, e um “particular”, representado pelas escolas indígenas com seus métodos e currículos diferenciados.

4 ESCOLAS INDÍGENAS TREMEMBÉ, CURRÍCULO DIFERENCIADO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A análise dos Projetos Político Pedagógicos – PPP das duas escolas investigadas indicou a relevância atribuída pelos Tremembé à função da escola de levar os estudantes a conhecer a história e as lutas do povo Tremembé. Esse pensamento também foi expresso nas narrativas dos diretores dessas escolas durante as entrevistas realizadas para elaboração deste estudo. Formar cidadãos Tremembé que conheçam a história do seu povo e que se envolvam na luta do seu povo emergiram nas falas dos diretores como os principais objetivos do Ensino Médio, como pode ser observado nos relatos transcritos a seguir:

Um dos objetivos (+) que esse daí é considerado pra nós como o principal (+) é que eles possam se tornar o que nós chamamos de verdadeiros cidadãos Tremembé. Em que sentido? No sentido que eles possam dar continuidade à luta. /.../ nós precisamos de pessoas que sejam capazes de entender todo esse processo de luta, que possa entender os seus direitos /.../ que possa ser conhecedor da sua história, da sua causa e possa se identificar como tal, onde eles andem e deem realmente continuidade a essa luta (+) Isso é o que nós chamamos de ser verdadeiros cidadãos (Diretor 1).

/.../ a gente espera /.../ que eles se envolvam na luta porque um dos objetivos que tem lá no nosso PPP /.../. Quando a gente diz que nós queremos formar cidadãos críticos, mas que eles sejam capazes /.../ de defender os seus direitos e mesmo assim, por mais que eles tenham a expectativa de futuro de sair (+) pra fora, de trabalhar fora, /.../, de vivenciar outra história, mas que eles não deixem a história deles, a origem deles de lado /.../ que é o caso, a luta /.../, a história do povo Tremembé. (Diretor 2).



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

A Lei Federal Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012⁵, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM é condição para o ingresso dos estudantes em cursos superiores das instituições federais de ensino. Os artigos 3º e 5º dessa Lei tratam da reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência nessas instituições da rede federal de ensino. As vagas destinadas a esses grupos devem ser disponibilizadas em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, tomando como referência o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em relação à entrada de estudantes Tremembé na Educação Superior, egressos do Ensino Médio das escolas indígenas de Itarema, foi verificado o registro de 01 (uma) estudante que concluiu o Ensino Médio escola indígena da região da Mata, em 2018. Ela ingressou no curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE - Campus Acaraú através da reserva de vagas para indígenas em acordo com a Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

O IFCE – Campus Acaraú é a instituição pública com oferta de Ensino Superior gratuito mais próxima de Itarema e fica localizado no município de Acaraú a, aproximadamente, 25 Km de distância da sede do município de Itarema e a cerca de 52 Km da aldeia Tremembé mais distante da sede de Itarema.

A respeito do sistema de cotas para ingresso na Educação Superior, regida pela Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o diretor da escola da região da Praia, fez o seguinte comentário durante um evento no Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE - Campus Acaraú, realizado em março de 2019 e que contou com a presença de estudantes indígenas Tremembé das turmas de Ensino Médio das duas escolas investigadas:

Eu queria fazer aqui uma pequena observação pra mim encerrar a minha fala. É... Nós estamos aqui bem próximo. /.../. Mas, assim, a gente fica se perguntando o porquê até hoje não se tem uma política /.../ diretamente para os povos indígenas e para os quilombolas. A gente sabe que tem, lá, o sistema de cotas. /.../ A nota de corte é algo assim, absurdo. Aí, a gente fica se perguntando até que ponto as cotas são boas para nós, tá? Certo? /.../ Muitos alunos nossos terminaram o Ensino Médio e muitos deles estão lá, parados, porque muitas vezes não tem a oportunidade que deveria ter, né, por parte do Estado brasileiro, de forma geral /.../(Diretor 1, 2019).

⁵ Esta pesquisa foi anterior à lei de cotas de 2023 que atualizou o sistema de reserva de vagas para a Educação Superior disposto pela Lei Federal Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

O diretor indígena colocou em evidência as elevadas notas de corte para seleção dos estudantes através do ENEM e questionou em que medida o Sistema de Cotas, efetivamente, beneficiaria os estudantes Tremembé. Baniwa (2019) também reitera o paradoxo que se estabelece entre o direito a uma educação específica e diferenciada, assegurado pela legislação brasileira aos povos indígenas, e os limites desse direito quando há uma uniformização dos critérios de acesso a determinadas políticas públicas, como no caso do ENEM, que privilegia o currículo que predomina em escolas regulares, com seus conteúdos universais, colocando em situação de desvantagem os indígenas que tiveram toda a Educação Básica nas escolas indígenas dos seus povos, com seus processos próprios de aprendizagem e com currículos diferenciados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os planos de “fazer faculdade” foram prevalentes nas respostas dos entrevistados quando perguntados sobre quais eram suas pretensões quando cursavam o Ensino Médio. Dos 12 (doze) entrevistados da escola da região da praia, 09 (nove) afirmaram que tinham planos de “fazer faculdade” quando terminassem o Ensino Médio, representando 75% do total dos respondentes da região da praia. Entre os 14 (catorze) entrevistados da escola da região da mata, 06 (seis) jovens também afirmaram que tinham planos de “fazer faculdade” quando cursavam o Ensino Médio, representando 42,9% dos respondentes dessa escola.

Quando esses jovens foram indagados sobre os tipos de faculdade que pensavam em fazer na época em que cursavam o Ensino Médio, eles mencionaram os seguintes cursos: Enfermagem, Psicologia, Matemática, Educação Física, Direito, Ciências, Pedagogia, Letras, Medicina, Veterinária, Arquitetura, Engenharia, Fisioterapia, Artes Plásticas, Radiologia, Ciências Biológicas e Enfermagem.

No entanto, os dados apresentados abaixo, no Quadro 1, indicam que a maioria dos jovens Tremembé que prosseguiram os estudos após a conclusão da Educação Básica, não teve acesso ao curso pretendido à época do Ensino Médio:

Quadro 1– Tipo de Curso e de instituição de ingresso dos jovens Tremembé após conclusão do Ensino Médio

NÍVEL DO CURSO	CURSO	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	LOCAL	INSTITUIÇÃO PRIVADA	LOCAL
Técnico	Auxiliar em Saúde Bucal	0	-----	1	FORTALEZA



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Técnico	PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. Auxiliar em Enfermagem	0	-----	1	ITAREMA
Superior Tecnológico	Radiologia	0	-----	1	FORTALEZA
Superior	Licenciatura em Ciências Biológicas	1	ACARAÚ	4	ITAREMA
Superior	Licenciatura em Física	1	ACARAÚ	0	-----
Superior	Licenciatura Pedagogia	0	-----	2	ITAREMA
Superior	Licenciatura em História	0	-----	1	ITAREMA
Superior	Pedagogia Intercultural	2	ITAREMA	0	-----
TOTAL		4		10	

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados do Quadro 1, observa-se que entre esses 14 (quatorze) jovens indígenas que prosseguiram os estudos, 10 (dez) ingressaram em cursos vinculados a instituições privadas e 04 (quatro) ingressaram em instituições públicas, predominando o ingresso em instituições privadas que correspondeu a 71% desses jovens que conseguiram dar continuidade aos estudos.

Analisando ainda as informações do Quadro 1, verifica-se que o ingresso por meio do ENEM foi de apenas 02 (dois) jovens, o que representa cerca de 14%, se for considerado o total de 14 (catorze) jovens que prosseguiram os estudos. Percebe-se que o número de jovens Tremembé que ingressam na Educação Superior por meio do ENEM é bastante reduzido e as narrativas de alguns dos entrevistados colocaram em evidência a desconfiança desses jovens em relação ao ENEM e às cotas para indígenas. Abaixo, o Quadro 2 mostra algumas dessas narrativas:

Quadro 2 – Narrativas dos Jovens Tremembé sobre o ENEM

ESCOLA DA ALDEIA DA REGIÃO DA PRAIA	ESCOLA DA ALDEIA DA REGIÃO DA MATA
<p>/.../ às vezes fala que abre exceção é (+) que tem uma vaga delimitada para as pessoas indígenas, né, coisa e tal, mas eu não sei se eu acredito muito nisso não ((ri)). Pra ser sincera, eu acho que (+) eu acho que concorre do mesmo jeito que os outros e aí a gente acaba assim, deixando (+) um pouquinho de lado (+) nessa parte assim de faculdade pública. (Jovem 1P).</p> <p>Aqui /.../, só tem particular /.../ As públicas mesmo é mais difícil, (+) só para Sobral /.../ (Jovem 2P)</p> <p>Eu até fiz o ENEM /.../ Porque pelo distanciamento, é muito longe. Aí não tem condições (+). Aí, eu preferi fazer uma particular /.../ Tinha uns colegas meus que falavam que queria tentar pelo ENEM, tentar uma bolsa (+) dificilmente alguém conseguia /.../ Da minha turma mesmo ninguém conseguiu entrar. (Jovem 2P)</p>	<p>/.../ hoje poucas pessoas passam numa prova do ENEM, né (Jovem 2M)</p> <p>A pontuação não foi muito favorável, aí não deu certo /.../ Eu acho que (+) não estava preparado pro ENEM (Jovem 4M)</p> <p>“ /.../ O curso que eu tinha assim em mente era de Enfermagem, né, se eu passasse (+) Mas, raramente, hoje poucas pessoas passam numa prova do ENEM, né /.../”. (Jovem 2M)</p>



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Eu fiz, fiz o ENEM, mas eu não gostei, (+) não gostei da experiência (++) É uma coisa que não faz parte da gente, né, na minha opinião, que não faz parte de mim, /.../Não tem nada a ver com a nossa realidade. (Jovem 10P)

Eu tive uma pontuação boa, mas não assim/.../ pra eu passar, não. (Jovem 11P)

Um pouco difícil, pra nossa realidade, assim. (Jovem 12P)

[...] eu acho que, no geral, quase todo mundo já sabe que não ganha, né. Porque o ENEM não é muito fácil, né (Jovem 10M)

A gente tem outro ensino diferenciado, né. Nosso ensino é mais voltado, é (+) pra a nossa luta, né. Por isso que é tão difícil o ENEM, porque a gente (+) não sabe muito (+) o que tem lá, né (Jovem 3M)

Entendemos que, na impossibilidade de acesso aos cursos pretendidos, esses jovens indígenas procuraram adequar seus sonhos da “faculdade desejada” à “faculdade possível”. As vontades foram ajustadas na tentativa de “[...] se harmonizar mais ou menos às oportunidades objetivas” (BOURDIEU, 2001, p.264).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe evidências de que os jovens Tremembé apresentam interesse em “fazer faculdade”, mas que eles não encontram oportunidades que favoreçam esse acesso a uma “faculdade pública”. O estudo também indicou que eles cursariam uma faculdade se tivessem oportunidade. Essa ideia de “ter oportunidade” predominou nas narrativas dos entrevistados quando lhes foi solicitado que sugerissem propostas de ações do governo para a juventude Tremembé, e essa ideia foi especialmente direcionada à oportunidade de “fazer faculdade” e, de preferência, próximo às aldeias.

Para os jovens Tremembé, o ENEM é considerado um exame difícil, que se distancia da “realidade deles”. Desse modo, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de elaboração de políticas públicas de acesso à Educação Superior que levem em consideração as especificidades dos processos formativos dos jovens que concluem o Ensino Médio em escolas indígenas com currículos diferenciados.

A proposição de processos seletivos específicos para esse público, ofertados pelas Instituições de Ensino Superior – IES públicas, que atuam nas regiões das aldeias onde vivem esses jovens, é um caminho para o atendimento de suas demandas por Educação Superior. No entanto, entendemos ser necessária a implementação de uma política de Estado que ultrapasse as iniciativas individuais de determinadas instituições locais.

Iniciativas de processos seletivos diferenciados para o ingresso de indígenas em instituições públicas de Educação Superior já são protagonizadas por IES de alguns estados



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

brasileiros. Entendemos ser necessário que esses processos diferenciados sejam ampliados com sua inclusão na agenda governamental, efetivando-se como política pública capaz de atender aos jovens dos diversos povos indígenas do Brasil que desejem “fazer faculdade”.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Délio Firmo Alves. Povos indígenas, juventude e direitos violados na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, Assis da Costa; RANGEL, Lucia Helena. **Juventudes indígenas: estudos interdisciplinares, saberes interculturais: conexões entre Brasil e México**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, a. 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1. P. 1.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

CABRAL, Ana Cristina. **História dos Tremembé: memórias dos próprios índios**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

DENZIN, Norman K. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. 2. ed. [S.l.]: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Historicidade, mobilização política e reconstrução identitária: compreendendo as demandas étnicas Tremembé (Ceará). In: REUNIÃO



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro, BA. **Anais...** Porto Seguro, BA: [s.n.], 2008. Disponível: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/45-anais>. Acesso em 24 jan. 2018

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1992.